

ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DO NEGRO NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Autoria: Laerte Costa Silva (UERJ – Centro de Estudos Octavio Ianni)

Leda Beatriz Tavares Barroso (UERJ – Centro de Estudos Octavio Ianni)

- Educação e Movimentos Populares

Resumo:

Nos últimos anos, a discussão a respeito das dificuldades enfrentadas pela população negra brasileira na tentativa de acessar o ensino superior (um meio reconhecidamente eficaz de ascensão social) tem ocorrido com grande intensidade em toda a sociedade. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as desigualdades existentes neste nível de ensino no Brasil, cedendo espaço para o debate em torno das ações afirmativas (em especial as cotas) implementadas nos últimos anos em algumas universidades públicas do país. Para tanto, buscaremos estudos anteriores a esse respeito, além de dados estatísticos que possam ilustrar tal situação.

Procuraremos ainda entender a inserção do negro no ensino superior dentro de um contexto mais amplo que remete às condições sociais do mesmo, dimensionando as possíveis repercussões na questão do acesso ao referido nível de ensino, fazendo as devidas articulações com os demais níveis de ensino.

Palavras-chave: População negra; ações afirmativas; ensino superior

I. Composição étnica dos estudantes de nível superior no Brasil.

São muitos os estudos que mostram a inexpressiva quantidade de negros no ensino superior no Brasil, comparando-os com os brancos. Entre as causas apontadas encontram-se as desigualdades raciais historicamente estabelecidas no país, o que se reflete no campo educacional, visto que este é um dos meios de ascensão social e o ensino superior tem sido um privilégio não reservado à população negra brasileira. De acordo com GUIMARÃES (2003), as classes sócio-econômicas das famílias dos estudantes é um fator importante na conquista de uma vaga na universidade, pois o investimento em cursos pré-vestibulares, assim como a trajetória de estudo em melhores

escolas fazem com que os estudantes com maior nível sócio-econômico alcancem os melhores resultados nos exames de acesso. Em síntese o referido autor aponta que as causas da baixa absorção dos negros estão relacionadas à pobreza, baixa qualidade da escola pública, pouco apoio familiar e comunitário, além da forma de avaliação, que de acordo com ele não permite que outras potencialidades dos alunos sejam avaliadas (p.12). Todos os obstáculos destacados relacionam-se (ainda de acordo com o supracitado autor) à posição social subalterna da população negra brasileira, a qual será brevemente dimensionado nas páginas seguintes deste trabalho.

Para CAMPOS (2007) a educação brasileira transformou-se num “elemento socialmente segregador, pois a estrutura educacional do país favorece àqueles que acumulam ao longo de sua vida escolar, grande conhecimento” (p.158). Desse modo, o ensino superior exclui grande parte da população¹, conforme mostra a tabela 1. Nota-se, através da mesma, a oscilação negativa no número de estudantes com a elevação do nível de ensino.

Tabela 1- Distribuição do contingente de alunos por nível de ensino no Brasil (2006-2007)

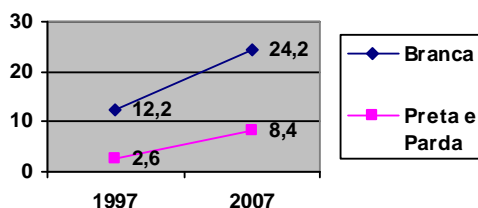
Ensino Fundamental e alfabetização	63,0%
Ensino Médio	16,6%
Ensino Superior	10,9%

Fonte: IBGE: PNAD (Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios) 2007.

Sabendo-se o histórico de exclusão dos negros no Brasil não há nenhuma surpresa a respeito da população branca predominar no ensino superior do país. Dessa forma, o gráfico 1 mostra que a situação de exclusão no nível educacional tratado não apresentou mudança significativa nos últimos anos, embora tenham sido tomadas medidas a respeito, como as cotas para negros em determinadas universidades públicas (assunto que terá atenção especial mais adiante neste trabalho). Pelo gráfico, é possível perceber a baixa frequência de jovens brasileiros na universidade (de modo geral). No entanto, a presença dos negros na mesma é intensamente minoritária.

¹ Vale ressaltar que a exclusão não ocorre apenas nos exames vestibulares. É fruto de uma realidade complexa que inclui ainda a maior dificuldade de permanência dos estudantes mais pobres nas universidades.

Gráfico 1- Evolução da Taxa de Frequência² no ensino superior entre jovens de 18/25 anos, por raça (%).



Fonte: IBGE: Síntese de Indicadores Sociais, 2007.

Embora contraditório, nas instituições públicas de ensino superior há explicitamente a exclusão de grande parcela da população em idade para frequentar a universidade. Estas absorvem menos estudantes que as instituições privadas (tabela 2) ao contrário do que acontece nos demais níveis de ensino.

Tabela 2- Cobertura segundo a Rede de ensino por nível (%):

Tipo de Cobertura	Particular	Público
Ensino Fundamental e Classe de Alfabetização	12,1%	87,9%
Ensino Médio	13,8%	86,2
Ensino Superior	76%	24%

Fonte: IBGE: PNAD (Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios) 2007.

Em se tratando da população negra, o ensino superior público torna-se ainda mais excludente, conforme ilustra GUIMARÃES (2003). Em seus estudos, o autor constatou o déficit existente entre a proporção de negros em determinadas universidades públicas brasileiras em comparação com a proporção da população negra de seus respectivos estados (tabela 3).

Tabela 3- Distribuição dos estudantes, segundo a cor (UF RJ, UFPR, UFMA, UFBA, UNB e USP)-2001.

	UF RJ	UFPR	UFMA	UFBA	UNB	USP
Branca	76,8	86,5	47	50,8	63,7	78,2
Negra	20,3	8,6	42,8	42,6	32,3	8,3
Amarela	1,6	4,1	5,9	3	2,9	13,0
Indígena	1,3	0,8	4,3	3,6	1,1	0,5

² A taxa de frequência refere-se às pessoas que disseram estar frequentando o ensino superior.

Total	100	100	100	100	100	100
% de negros no Estado	44,63	20,27	73,36	74,95	47,98	27,4
Déficit	24,33	11,67	30,56	33,55	15,68	18,94

Fonte: GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas in Cadernos de Pesquisa n° 118, São Paulo, 2003.

II. Problematizando a exclusão do negro no ensino superior, considerando o contexto social brasileiro.

As considerações feitas até então, assim como os dados apresentados, demonstram a persistência da discriminação racial no ensino superior brasileiro. De acordo com IANNI (1988, p.205) tal discriminação diz respeito a “um mecanismo de manutenção da distância social que foi gerada no regime escravocrata entre negros e brancos do mesmo modo que um e outro foram produzidos no mundo escravocrata”.

Para compreendê-la, é preciso situar tal etnia na realidade complexa em que ela está inserida, entendendo, assim, os fatores históricos que contribuíram para configurar tal situação³.

Desse modo, é preciso apreender três importantes aspectos históricos enraizados na discriminação racial. O primeiro é o regime escravocrata, que é a matriz da desigualdade social entre negros e brancos, conforme é possível depreender dos escritos de IANNI (1988). O segundo trata da Lei de Terras (1850), que diante dos primeiros sinais da abolição da escravatura, determinou que o acesso à terra deveria ser feito mediante a compra, garantindo, no entanto, a propriedade daqueles que já estavam nela. Ao transformar a terra num bem privado, esta lei beneficiou os proprietários, que tinham meios de adquiri-la e vedou o acesso dos negros recém-libertos, assim como dos imigrantes, conforme esclarece CAMPOS (2007). Para o autor, esse caráter excludente no acesso à terra impossibilitou a formação de um campesinato com base na pequena produção. O último aspecto a ser tratado é a “opção” pela mão-de-obra imigrante após a abolição da escravidão, sob a justificativa de que os negros não se adaptariam ao trabalho livre, mas que justificava a chamada “ideologia do embranquecimento⁴”.

³ Mesmo que não haja espaço para um aprofundamento da questão, é preciso que se faça uma breve retomada histórica para que o objetivo de situar de exclusão do negro no ensino superior em um contexto mais amplo possa ser alcançado.

⁴ Para mais informação, consulte-se CUNHA (1985).

Como resultado da exclusão do negro à terra e ao mercado de trabalho produziu-se grandes proporções de pobreza e desigualdades de acessos, entre eles, à educação superior. No entanto, as desigualdades entre negros e brancos no país não se resumem a isso. Elas ocorrem em se tratando de habitação, mercado de trabalho, educação, saúde, renda, saneamento (tabela 4) entre muitos outros traços.

Tabela 4⁵- Domicílios por condição de saneamento segundo a cor do chefe, 1999.

Água encanada e rede geral de distribuição (%)		Esgoto e fossa séptica (%)		
Brasil	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda
	82,8	67,2	62,7	39,6

Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2000.

Quanto à renda, os brancos também apresentam vantagens. Como é possível notar, em todas as regiões do Brasil a população negra apresenta um rendimento médio menor que a branca. Considerando o atual do contexto neoliberal, marcado pelo enfraquecimento da figura do Estado, caracterizado pela fragilidade dos serviços públicos, o menor rendimento financeiro implica quase que diretamente em menor qualidade de vida.

Tabela 5- Rendimento real médio mensal da PEA residente ocupada segundo os grupos de cor ou raça (branca e preta & parda) nas regiões geográficas do Brasil (em R\$, set. 2006):

Regiões	Branco	Pretos e pardos
Norte	801,51	502,01
Nordeste	610,80	363,41
Sudeste	1124,71	608,46
Sul	882,53	548,46
Centro-Oeste	1140,11	694,12

Fonte: Relatório Anual das Desigualdades no Brasil; 2007- 2008 (UFRJ).

Como consequência, não apenas da renda (para não cair em uma análise parcial), de acordo com a tabela 6, de um modo geral, os pretos no Brasil apresentam menor qualidade de vida que os brancos.

⁵ Os dados da tabela evidenciam que a população negra possui nível de vida mais precário que a branca.

Tabela 6- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) segundo a cor da população no Brasil.

Cor/ Raça	IDH (2006)
Branco	0,838
Pretos & Pardos	0,753

Fonte: Relatório Anual das Desigualdades no Brasil (UFRJ); 2007- 2008.

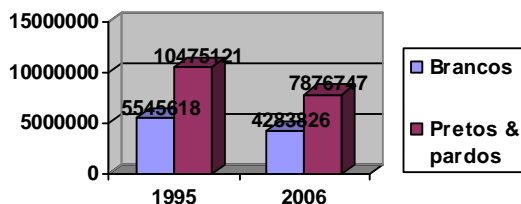
De acordo com a tabela, a população branca brasileira apresenta índice de desenvolvimento humano alto, comparado a Cuba. Os pretos e pardos, no entanto, estão classificados no médio desenvolvimento humano, comparados a países como Irã e Paraguai.

III. Articulando a problemática do acesso ao ensino superior com a situação do negro em outros níveis de ensino na educação brasileira.

Entende-se aqui o nível superior como um estágio já avançado da educação. Portanto, entender a situação de exclusão do negro neste nível de ensino remete aos níveis de ensino mais básicos, pois são eles que evidenciam a trajetória do estudante. Assim, a partir deste ponto faremos uma análise articulada com os outros níveis de ensino para compreender melhor a situação do negro na educação superior brasileira.

Iniciaremos com a educação básica, nível de ensino responsável pela alfabetização dos estudantes, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para a continuidade nos estudos. Dito isto, a minimização da desigualdade na educação básica é fundamental para que as mesmas não se reproduzam nos demais níveis de ensino. É necessário que se analise a alfabetização, não somente de forma quantitativa como qualitativa. O gráfico 2 quantifica, por raça, as pessoas analfabetas existentes no Brasil.

Gráfico 2- População residente de 15 anos ou mais analfabeta segundo o grupo de cor ou raça (branca e preta & parda), Brasil, 1995 e 2006 (em número de pessoas).



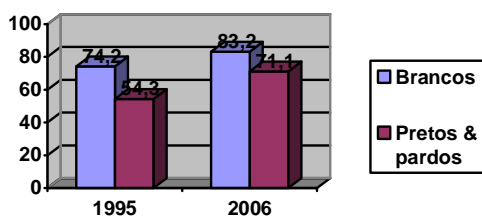
Fonte: Relatório Anual das Desigualdades no Brasil; 2007- 2008 (UFRJ).

De acordo com o gráfico 2, é possível afirmar que existem mais analfabetos entre os negros que entre os brancos, embora a redução desse número entre eles tenha sido menor no período analisado. É possível, dessa forma, verificar que já se estabelece desigualdade racial no nível básico de ensino, o que reflete no ensino superior.

O início da trajetória escolar, como já foi dito, fornece o essencial para que os estudantes continuem a trilhar o caminho da educação. É importante ressaltar também que a qualidade da alfabetização também influencia no caminho percorrido pelo estudante, já que o número de pessoas analfabetas (simplesmente) esconde aquelas que são analfabetas funcionais, que terão maiores dificuldades em sua trajetória ao ensino superior, sendo importante analisar também esses dados.

Nesse sentido, o gráfico 3 trata das diferenças entre as taxas de alfabetização funcional para a população branca e para a preta & parda.

Gráfico 3- Evolução da taxa de alfabetização funcional⁶ da população residente (15 anos ou mais) segundo os grupos de cor ou raça (branca e preta & parda), Brasil, 1995-2006 (em %).



Fonte: Relatório Anual das Desigualdades no Brasil; 2007- 2008 (UFRJ).

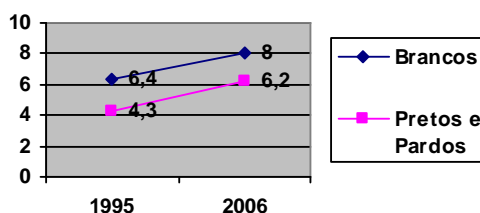
Nota-se, assim, que embora o crescimento da taxa de alfabetização funcional tenha sido maior entre os negros, os mesmo permanecem em desvantagem em relação aos brancos. Como a alfabetização funcional é produzida nos primeiros anos do ensino fundamental, é possível detectar desigualdade racial no início da vida escolar. Há fatores externos e/ ou internos à estrutura da escola que fazem com que os estudantes não permaneçam na escola até atingir os quatro anos de estudo ou que nem sejam matriculadas em alguma instituição de ensino.

Prosseguindo na análise do sistema educacional brasileiro (no sentido de detectar a desigualdade racial nos níveis de ensino antecedentes ao superior, percebendo as repercussões da mesma no ensino superior) e analisando as trajetórias diferenciadas

⁶ Taxa definida pelo número de pessoas com quatro anos ou mais de estudos.

(em se tratando de acesso/ oportunidades, conforme já foi destacado aqui) de estudantes brancos e pretos, é importante analisar de um modo geral, com o auxílio do gráfico 4, a quantidade de anos estudados por eles.

Gráfico 4- Anos de estudo da população residente de 15 anos de idade ou mais segundo os grupos de cor ou raça (branca e preta & parda), Brasil, 1995-2006 (em anos de estudo).



Fonte: Relatório Anual das Desigualdades no Brasil; 2007- 2008 (UFRJ).

O gráfico 4 revela que os estudantes pretos & pardos estudam em média quase dois anos a menos que os brancos. Embora a escolaridade média seja baixa, evidencia o distanciamento que grande parte da população está em relação ao ensino superior (comprovando, dessa forma, a complexidade do assunto tratado), a situação dos negros mostra que em média a exclusão dos mesmos ocorre ainda nos primeiros anos de estudo, evidenciando o problema da permanência desses estudantes, que se relaciona diretamente a um contexto sócio-econômico mais amplo.

IV. Analisando as Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro

Considerando o que foi tratado nos tópicos anteriores, cabe-nos destacar, neste momento, as ações afirmativas, implementadas em muitas universidades públicas brasileiras no sentido de minimizar as desigualdades historicamente concebidas.

De acordo com GOMES, são “políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, idade, de origem nacional e de compleição física” (p.21).

No caso estudado, de acordo com este último autor, as ações afirmativas ocorrem no sentido de minimizar a desigual canalização de recursos públicos que beneficia as camadas mais afluentes da população (predominantemente branca).

A tabela 7 mostra a distribuição geográfica das ações afirmativas nas universidades públicas do país, mostrando que dezenas de universidades já a adotaram no vestibular.

Tabela 7- Distribuição do número de Universidades com ações afirmativas por região geográfica brasileira.

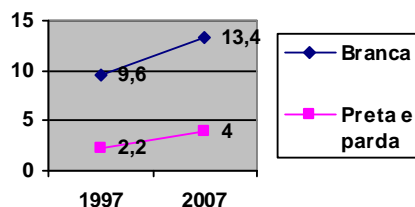
Regiões	Universidades com Ações Afirmativas no Brasil
Centro-Oeste	08
Nordeste	21
Norte	04
Sudeste	19
Sul	27
Total	79

Fonte: Laboratório de Políticas Públicas /UERJ: Programa Políticas de Cor na Educação Brasileira, 2008.

No entanto, são iniciativas individuais das universidades, produzidas de modo heterogêneo em relação ao público-alvo atingido, já que algumas delas incluem os negros como beneficiários das políticas, enquanto outras consideram apenas a renda como critério definidor. Há ainda as que incluem os deficientes físicos e os indígenas. É importante destacar que a maioria das principais universidades com ações afirmativas adotam as cotas para negros.

Há muitos estudos que avaliam os resultados de tais ações afirmativas em relação às desigualdades existentes na educação superior. O gráfico a seguir apresenta a variação nos últimos anos da população com nível superior, de acordo com a cor:

Gráfico 5- Evolução de Pessoas com Nível Superior Completo por raça (%).



Fonte: IBGE: Síntese de indicadores Sociais, 2007.

Levando em consideração que as ações afirmativas vem sendo implantadas desde o início da década de 2000 nas universidades brasileiras, é possível afirmar que os dados levantados pelo gráfico 5 já refletem esse novo cenário. No entanto, houve aumento da “distância” que separa a população branca e negra (pretos e pardos) quanto à conclusão do ensino superior.

V. Considerações Finais/ Conclusão:

É importante destacar que o tema é bastante complexo, relacionando-se a aspectos históricos e sociais. Imediatamente, a problematização da baixa frequência de jovens negros no ensino superior remete à realidade social dos mesmos (suas trajetórias), que por sua vez nos leva ao histórico de exclusão, não somente no campo da educação, como também no mercado de trabalho, no acesso à habitação, saúde, saneamento básico e outros serviços ou oportunidades.

Desse modo, é possível enxergar as ações afirmativas como um dos elementos que podem convergir para a transformação da realidade social analisada, captando sua real função e evitando análises limitadas, que não considerem as devidas condicionantes da exclusão social existente na educação superior.

Referências Bibliográficas:

- BRANDÃO, A.A. Rompendo barreiras educacionais: Negros no ensino superior in *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Editora desconhecida, 2004.
- CAMPOS, A. *Do Quilombo à Favela*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CUNHA, M.C. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985
- GOMES, J.B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas in *Ações afirmativas*. Lugar desconhecido: DP&A, ano desconhecido.
- GUIMARÃES, A.S.F. Acesso de negros às universidades públicas in *Cadernos de Pesquisa* n° 18. São Paulo: Editora desconhecida, 2003.
- HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas in *Cadernos de Saúde Pública* volume 18. Rio de Janeiro: Editora desconhecida, 2002.

IANNI, O. As metamorfoses do escravo. São Paulo /Curitiba: HUCITEC /Sciena et labor.

PAIXÃO & CARVANO (orgs). Relatório anual das desigualdades no Brasil; 2007-2008. Rio de Janeiro: Laboratório de Análises estatísticas, econômicas e sociais das relações raciais (LAESER),UFRJ,2008.